

**Assembleia Ordinária ° Conselho Estadual dos Direitos da Mulher 15/08/2017 CEDM/PR**

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de 2017, às 11h20min em primeira convocação (após a realização dos trabalhos das comissões) na Sala de Gestão da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social- SEDS, localizada no Palácio das Araucárias- 7º andar, à rua Jacy Loureiro de Campos s/nº- Bairro Centro Cívico, em Curitiba-PR, estiveram reunidas as Conselheiras integrantes do **Conselho Estadual dos Direitos da Mulher- CEDM**, convocadas para participarem de mais uma Assembleia Ordinária. Saudadas pela Vice-Presidente e Coordenadora da Política da Mulher na SEDS, a Dra. **Ana Cláudia Machado**, as Conselheiras presentes foram convidadas a iniciarem a sua auto apresentação, a saber: Jussara de Fátima Ribeiro (EMATER/SEAB), Giana de Marco Vianna da Silva (Grupo Dignidade), Marli Vaz Mussulini (SEJU/ Diretoria do Trabalho), Caroline Bolfe Poliquesi (SESA), Carmen Regina Ribeiro (Rede Feminista de Saúde), Maria Marucha S. Vettorazzi (FETAEP), Melissa Colbert Bello (SEED), Juliana Chagas Mittelbach (SINDSAÚDE-PR), Juliane Bielak (SINDIPETRO-PR/SC), Maria Aparecida Martins Santos (FESSMUC) e Márcia Rejane Vieira Marconde (SESP), totalizando **12 conselheiras**. Registrada também, a presença das seguintes colaboradoras: Tamires Viecele Laskoski (SETI), Camila Daltoé (MP/PR), Dra. Mariana Bazzo (MP/PR), as técnicas da CPM/SEDS, Cecília e Maria Letícia, Dra. Danielle M. Vieira (Núcleo Jurídico da SEDS) e a residente técnica Monique (SEC/Conselhos). **•Apreciação da Pauta-** Inclusão: reorganização das Comissões- Retirada do item 12, devido a ausência da Conselheira que solicitou a pauta. **Aprovada. •Apreciação da Ata da Reunião de Julho/2017. Aprovada- • Item 4 - Processo eleitoral da Soc. Civil- Biênio 2017-2019-** A Secretária Executiva Juliana Muller repassou o panorama do processo da eleição, ressaltando a finalização do prazo para o recebimento dos recursos, que era até o dia 25/08. A Vice-Presidente Ana Cláudia considerou ser necessário o acompanhamento do Ministério Público nas reuniões da Comissão Organizadora do Processo Eleitoral. Diante disso, a Assessora Jurídica **Camila Daltoé** comprometeu-se a levar essa solicitação para a **Promotora Mariana Bazzo. • Item 5 - Informes da Secretaria Executiva: Justificativas Recebidas:** Doris M. de Jesus, Tânia F. Calvi Tait, Cláudia Augusta dos Santos, Priscila Pacheco dos Santos e Luci W. Soares. **Ofícios Recebidos:** Ofício 092/2017 – COPED - Conselho Permanente de Direitos Humanos – COPED – Encaminha para ciência, situação ocorrida na Casa da Mulher Brasileira. Protocolo 14.766.637-3 (encaminhado p/ comissão de enfrentamento a violência). Municípios que enviaram respostas, referente ao ofício circular nº 01/2017- CEDM: Nova Esperança do Sudoeste, Pranchita, Laranjeiras do Sul, Espigão Alto Iguaçu, Nova Londrina, Marmeleiro, Perola D'Oeste, Cruzeiro do Iguaçu, São José da Palmeiras e Foz do Iguaçu e da secretaria de estado, SEDS. **• item 10 – Rede Mulher Brasil:** A Dra. **Ana Cláudia Machado** falou sobre a reunião realizada em Brasília, onde ocorreu o lançamento da Rede Mulher Brasil, que irá reunir várias ações concretas de enfrentamento à violência e promoção da igualdade, realizadas tanto por empresas, como governos e sociedade civil. O objetivo da rede Brasil Mulher é reunir ações concretas e ideias em



36 torno de cinco eixos: educação, saúde, espaços de poder e decisão, autonomia econômica e
37 enfrentamento à violência O evento foi promovido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e reuniu
38 cerca de 80 representantes do governo federal, dos governos estaduais, organizações não-
39 governamentais, iniciativa privada e organismos internacionais. Em seguida. Se referindo ao Pacto
40 Nacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher, a Conselheira **Carmen Regina Ribeiro, da Rede**
41 **Feminista de Saúde** manifestou estranheza pelo comportamento da União. Afirmou parecer uma
42 esquizofrenia total, uma vez que nada se discute e o ceticismo de um grupo é algo a ser visto. “A nós
43 caberia tocar a política estadual, em cima dos diagnósticos”. Desejou deixar registrada a sua indignação
44 para uma proposta vinda dessa forma. A **Vice-Presidente Dra. Ana Cláudia (SEDS)** opinou que a
45 Comissão deverá analisar a proposta e trazer as conclusões para o pleno. Considerou ser complicado
46 falar acerca de uma manifestação verbal. Não seria mesmo o momento para se falar em pacto nacional,
47 disse a Secretária Fátima, em Brasília. •**Intervalo para o almoço.** No reinício dos trabalhos, a **Vice-**
48 **Presidente Dra. Ana Cláudia (SEDS)**, decidiu por aproveitar o espaço, para reordenar a composição
49 das Comissões. Sabe-se que algumas Secretarias de Estado participam de várias e outras em nenhuma.
50 A Secretaria Executiva colocou em tela os diversos grupos, definindo-se por encaminhar ofícios à **SEDU**
51 **e SEPL**, que até a presente data não encaminharam os seus representantes. • **Registrada a presença**
52 **da Conselheira Maria Isabel Correa (UBM).** A **conselheira Juliana Mittelbach (SINDSAÚDE-PR)**
53 ressaltou que não faz sentido proceder essa reorganização agora, já que a próxima reunião será
54 realizada com a gestão nova das conselheiras da sociedade civil. Sugeriu que entre como ponto de
55 pauta os objetivos de cada Comissão e comentários sobre os assuntos que estão em andamento. • **Item**
56 **6 – Relatórios das Comissões: COMISSÃO PERMANENTE DE COMUNICAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E**
57 **ACOMPANHAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS:** 1- Solicitação de informações, aos órgãos
58 públicos que compõem o Conselho, sobre as ações desenvolvidas na área da mulher: PARECER DA
59 COMISSÃO: Foi solicitado informações/relatos sobre as ações desenvolvidas nos municípios, onde até o
60 momento, foram recebidos 11 (onze) respostas. PARECER DO CEDM: Solicita-se que seja pautado
61 novamente o assunto na próxima reunião, após o recebimento das demais respostas. Marcar uma
62 reunião extraordinária com a comissão para estabelecimento de fluxo. **2– Campanha do Livro no**
63 **ônibus Lilás** - Agradecimento à SEEC pela doação de exemplares do livro infantil “As bonecas negras
64 de Lara”. PARECER DA COMISSÃO: Proposta de envio de agradecimento a Secretaria da Cultura
65 através de um ofício. PARECER DO CEDM: Aprovado. **PAUTAR PARA PRÓXIMA REUNIÃO:** A conselheira
66 Marucha (FETAEP) encaminhará relação/lista de nome de mulheres que são líderes rurais, bem como o contato
67 e o município de cada uma. E após, articular com o Programa Família Paranaense para possibilitar a toda área
68 rural o acesso a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. **COMISSÃO PERMANENTE DE**
69 **ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHERES. 4.1- Experiência de Palotina – Projeto**
70 **p/ agressores – Participação de representante da CPSE/SEDS.** A convite da Coordenação da Política da



71 Mulher, o Secretário Municipal da Assistência Social do município de Palotina Darci Gris, compareceu em
72 29/06/2017, na sede da Coordenação, para explanar sobre o trabalho que realiza no CREAS de Palotina com
73 os agressores das mulheres vítimas de violência doméstica. O Secretário relatou que iniciou um trabalho no
74 CREAS com as mulheres mais humildes e em situação vulnerável, sendo que ao longo de palestras, o CREAS
75 criou grupos de reflexão, bem como aulas de yoga e hidroginástica para essas mulheres. Informou que o seu
76 trabalho junto com o CREAS tomou um destaque no município, sendo que as duas varas judiciais de Palotina
77 entraram em contato com o mesmo e juntos (judiciário, ministério público e secretaria municipal) criou-se um
78 grupo de terapia, com 02 psicólogos voluntários, juntamente com a equipe do CREAS. Dessa maneira, foi
79 solicitado a participação de um representante da CPSE/SEDS para esclarecimentos e orientações com relação
80 aos serviços da Proteção Social Especial- Média Complexidade ofertados nos CREAS. **Parecer da**
81 **Comissão:** Pautar na reunião de setembro - CPSE – CREAS – pauta conjunta de todas as comissões na
82 sala principal – das 10 às 12h. Solicitar apoio da CPSE em todas as reuniões da Comissão. **Parecer do**
83 **CEDM:** Aprovado. **4.2- Andamento da realização da capacitação sobre gênero e a Lei Maria da**
84 **Penha aos policiais civis (solicitação MP/PR). Relato do histórico das discussões realizadas. 1) -**
85 Ata da reunião de março/2017 - Com relação a organização do curso EAD, a conselheira Ana Cláudia
86 Machado (SESP) informou ter encaminhado um e-mail para a Secretaria Nacional de Segurança Pública
87 – SENASP, buscando temáticas para o referido curso, solicitando a abertura de turmas, porém, ao
88 mesmo tempo, questionou a possibilidade de formatar o curso com todas as demandas apresentadas,
89 com fundamentação teórica e módulos planejados. A conselheira Vânia Muniz N. Soares (Rede Feminista
90 de Saúde), pontuou que Dra. Hermínia (na reunião realizada no dia 07/02), mostrou-se solícita, porém
91 existe um custo elevado para o Estado, pagar professores e técnicos para monitorar o ambiente virtual,
92 assim a mesma solicitou o envio de um ofício à SETI, contendo o planejamento do curso, bem como
93 informações do corpo docente para verificação das possibilidades. A Secretária Executiva Juliana Muller
94 afirmou que enviou a minuta de ofício às conselheiras no dia 22/02 para contribuição, assim, aguardam-
95 se as informações dos docentes, conforme Dra. Hermínia havia solicitado. A conselheira Sílvia Cristina
96 Xavier (SEJU), expressou ter conversado com a Direção da Escola em Direitos Humanos – ESEDH sobre
97 a possibilidade da realização do curso sem custos. Segundo a presidenta, Doris M. de Jesus (UBM-PR),
98 enquanto aguarda-se o curso da SENASP, será possível a verificação de outros. O Nacional já tem um
99 conteúdo pronto e mediante uma análise, será possível chegar a um conteúdo específico.
100 Encaminhamentos: reenvio da minuta do ofício à SETI as conselheiras e o encaminhamento dos
101 conteúdos do curso da SENAP por link (drive google).2) - Ata de abril/2017 – A presidente, Dra. Ana
102 Cláudia Machado (SEDS) fez um resumo das atividades dessa Comissão, informando que foi realizada
103 reunião com a Escola de Educação em Direitos Humanos – ESEDH, no dia 10 de abril de 2017, em
104 continuidade dos trabalhos para elaboração de capacitação de policiais civis e militares no atendimento
105 às mulheres vítimas de violência, assim o relatório foi lido na íntegra. Foi decidido pelo envio do ofício a



106 SETI, contendo o planejamento do Curso EAD. O mesmo já estava pronto, aguardando contribuições do
107 colegiado a respeito do corpo docente. A conselheira Giana de Marco Vianna da Silva (Grupo Dignidade)
108 solicitou alteração da Unidade I/ Módulo I da programação do Curso, referente ao Conceito, ficando
109 dessa maneira: igualdade de gênero, diversidade sexual, étnica e racial. Últimos encaminhamentos:
110 envio dos conteúdos do curso da SENASP as conselheiras e envio de ofício à SETI, contendo a
111 programação do Curso EAD. 3) - Relato das discussões já realizadas até o momento sobre as
112 capacitações. Dra. Márcia (SESP) relata que está agendada reunião com o Diretor da Escola Superior da
113 Polícia Civil para realização de um curso presencial com a participação dos policiais civis que atuam nas
114 delegacias especializadas e com pelo menos 1 representante de cada subdivisão policial. Dra. Mariana
115 (MP) reforçou que deverá ser avaliado convite do núcleo de gênero da UNIOESTE para contribuir na
116 EAD e ainda que o MP também se coloca à disposição para contribuir. **Parecer da Comissão:** 1)
117 reencaminhar às conselheiras os cursos da SENASP para avaliação das conselheiras (com prazo de
118 resposta até 11/09 para posterior envio de ofício a SESP referente a obrigatoriedade e ou incentivo para
119 a realização do curso); 2) encaminhar ofício a divisão de ensino da polícia militar, questionando como o
120 andamento dos cursos da escola da PM, 3) agendar reunião da comissão com a escola de governo para
121 verificar a existência de curso nessa temática ou a possibilidade de criação de curso específico; 4) |
122 Conselheira Giana levará o assunto para ser discutido na CEVIGE/OAB/PR para verificar a possibilidade
123 de utilização da estrutura da ESA para cursos EAD; 5) As Conselheiras solicitam que a SEC encaminhe
124 por e- mail a proposta de cursos já elaborada pelo Conselho (ofício encaminhado à SETI, onde consta o
125 cronograma do conteúdo do curso). **Parecer do CEDM: Aprovado. Inclusão de pauta: 4.3-**
126 **Promotoras Legais Populares – são formadas para serem multiplicadoras da política da mulher**
127 **(em relação ao enfrentamento a violência, sobre a saúde da mulher, questões sobre o**
128 **empoderamento feminino).** **Parecer da Comissão:** A comissão entende que seria interessante
129 conversar com as Promotoras Legais Populares para que elas se aproximem da política das mulheres.
130 Proposta: Que o Conselho (através da Secretaria Executiva) faça contato com a Universidade Federal do
131 Paraná e convide para reunião de Outubro a autoridade que organiza o curso, para que o mesmo
132 esclareça sobre o trabalho e a disponibilidade das promotoras para formação de parceria. **Parecer do**
133 **CEDM: Aprovado. 4.4 –Protocolo: 14.766.637-3- Ofício 92/2017 – COPED -** Informa situação ocorrida na
134 Delegacia da Mulher durante a realização de um registro de Boletim de Ocorrência. O COPED notificou a
135 coordenação da Casa da Mulher, encaminhou o relato à Corregedoria da Polícia Civil, ao CAOP de Direitos
136 Humanos do MP/PR e a Defensoria Pública do Estado, informando que está acompanhado o caso. Encaminha
137 também ao CEDM para conhecimento. **Parecer do CEDM:** Envio de ofício ao COPED informando que o
138 CEDM está estudando possibilidades para a realização de capacitações continuadas aos policiais militares e
139 civis referente ao atendimento as mulheres vítimas de violência e comunicar que em horário de expediente as
140 vítimas podem procurar a Casa da Mulher Brasileira para serem acolhidas por equipes de psicólogos e



141 assistentes sociais da prefeitura antes de serem encaminhadas ao posto avançado da Delegacia da Mulher
142 existente no local, sendo que há expectativa de ampliação do horário de atendimento e mudança no fluxo de
143 atendimento. **Aguarda-se retorno da CODEM/SESP, através da conselheira Dra. Márcia em relação a**
144 **resposta da Delegacia da Mulher.** O momento seguinte foi tomado pelas colocações da vice-presidente
145 Dra. Ana Claudia, no que se refere aos cursos de capacitação para policiais integrantes da Política Civil e
146 Militar, dando uma pontuação a mais àqueles que se fizessem presentes. A conselheira, **Dra. Márcia**
147 **Rejane** (SESP) comentou que fará um levantamento de quais policiais já passaram pelo curso. Informou
148 também que 35 a 40% dos inquéritos instaurados são de violência contra as mulheres. Esclareceu que o
149 almejo de todos seria a realização de um curso mais robusto, melhorando a sensibilidade. Falta um
150 pouco de história para que a compreensão seja maior! Foi relatado pela Promotora de Justiça **Dra**
151 **Mariana Bazzo**, que todos os agentes públicos já passaram por uma capacitação de gênero. Como
152 encaminhamento, sugeriu-se enviar ofício à SESP, solicitando a obrigatoriedade dos policiais realizarem
153 essa capacitação. Já na sequência, a **Conselheira Juliana (SINDSAÚDE)** solicitou um prazo para
154 proceder a leitura dos materiais dos 5 cursos e responder sobre eles **até 11/09**. Conseguir alguém
155 imparcial, com toda essa formação para dar apoio. Em seguida, a **técnica Tamara** solicitou às
156 representações da Sociedade Civil, para trazer os estudos, auxiliando assim na construção do Plano.
157 (Quais as organizações, a natureza e onde atuam). A **Conselheira Maria Isabel (UBM)** referiu-se ao
158 surgimento de muitos coletivos, assim é preciso repensar, para que essa juventude toda possa estar aqui
159 representada. Efetuar um diagnóstico! Exemplificou que a Marcha Mundial das Mulheres e das
160 Margaridas, são diversos movimentos com dinâmicas diversas. **COMISSÃO PERMANENTE DE**
161 **LEGISLAÇÃO E NORMAS: - 2.1 - Legislação referente a políticas para mulheres:** Proposta de ofício para
162 conselhos municipais e presidentes das Câmaras de Vereadores questionando acerca da existência de projetos
163 e leis já aprovadas relativas a políticas para mulheres, colocando-nos a disposição para oferecer apoio técnico.
164 Posteriormente analisar as respostas para eventualmente replicar as pertinentes e apresentar novas propostas
165 aos municípios. **Parecer da Comissão:** Fazer um ofício aos presidentes das Câmaras Municipais solicitando
166 que encaminhem ao CEDM projetos e legislações existentes nos municípios quanto a temática referente à
167 política para as mulheres. Encaminhar ofício para os CMDM, solicitando que enviem leis já postas e, de forma
168 continua, projetos de lei para que sejam analisados pela comissão permanente de legislação e norma, para
169 eventual manifestação; Criar uma aba no site do CEDM, para manifestação da comissão de legislação e norma
170 a acerca dos projetos de lei recebidos, bem como para as manifestações; Propor as conselheiras que
171 apresentem, via e-mail, notícias sobre legislações e projetos acerca de políticas para as mulheres para
172 discussão na comissão. **Parecer do CEDM: Aprovado. 2.2- Estudo sobre as leis de outros estados que**
173 **poderiam ser propostas no PR. Parecer da Comissão:** Se as conselheiras tiverem notícias de boas práticas
174 em outros estados, encaminhar para a comissão pautar - Leis e projetos de leis; **Parecer do CEDM:**
175 **Aprovado, conforme o item 1. Sobre as Conferências, a comissão solicitou que a SEC cobre resposta**



176 encaminhadas ao CNDM. **COMISSÃO PERMANENTE DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO: 1.1–**
177 **Pauta Permanente: Plano Estadual de Políticas p/ a Mulheres do Estado PR.** Foi mencionando sobre a
178 reunião ocorrida no dia 04 de agosto – em relação ao marco situacional (dados das secretarias). **Parecer**
179 **da Comissão:** Será estudado os métodos de acompanhamento do plano. **Parecer do CEDM:** Ciente. ●
180 **Item 7- Apresentação ATPI – Plano Estadual de Políticas p/ as Mulheres: técnica Tamara (SEDS).** O
181 referido relato aborda os passos para a construção do Plano, tendo já sido iniciada a construção do
182 Marco Situacional. Houve um trabalho interno com o levantamento de informações relativas a questões
183 demográficas. Reunião agendada com as representações de todas as Secretarias de Estado, solicitando
184 os programas específicos de atendimento à mulher. A SESA já encaminhou várias notificações de
185 violência e morte, bem com a SEED. Na sua explanação, a **técnica Tamara** trouxe algumas informações
186 deveras interessantes. De acordo com a projeção, em 2040 cerca de 60% da população será de
187 mulheres idosas. Estudos apontam que existe uma possibilidade de mulheres não terem filhos,
188 especialmente por não terem onde deixá-los. A fecundidade é mais significativa nas adolescentes. A
189 PENADE aponta que a carga de trabalho doméstico está em 10% para os homens e 21% para as
190 mulheres. Tem crescido o número de mulheres indicadas como pessoa de referência das famílias. O
191 Paraná é a 3º unidade da Federação, onde as mulheres ganham 33% menos que os homens (com ou
192 sem instrução). Já as trabalhadoras agrícolas recebem 87% a menos que os homens e 67% das crianças
193 não frequentam creches. Foi esclarecido que na próxima reunião outros avanços virão e em outubro será
194 trazida uma explanação completa. Pedindo a palavra, a **Conselheira Juliana Mittelbach (SINDSAÚDE)**
195 apontou que as maiores vítimas de feminicídio são mulheres negras. Determinados tipos de violência
196 também as acometem em maior número. Considerou a flagrante inexistência de políticas públicas que
197 possam amparar as mulheres para terem seus filhos e entrarem no mercado de trabalho. A **técnica**
198 **Tamara** relatou que estão sendo feitos recortes nos estudos referentes às mulheres negras, na verdade
199 as maiores vítimas de determinados tipos de violências. Ao finalizar, a **Vice-Presidente Dra. Ana Cláudia**
200 **Machado (SEDS)** parabenizou a palestrante, comentando que o Plano está sendo baseado em estudos
201 sérios e muito amplos, visando pensar em ações baseadas nesses diagnósticos já levantados. ● **Item 8**
202 **–“Dia Internacional da Mulher Negra, Latino Americana e Caribenha, Dia Nacional de Tereza de**
203 **Benguela e da Mulher Negra”.** A **Conselheira Juliana Mittelbach (SINDSAÚDE)** comunicou sobre o
204 dia dedicado à Mulher Negra no Brasil, data de 2014. O **Dia de Teresa de Benguela** é uma data de
205 construção, com atividades que trabalham o histórico da Mulher Negra vitimizadas e detentoras dos
206 menores salários. A situação como está hoje na sociedade é mais um dia de lutas e nada de
207 comemorações. A **Vice-Presidente Dra. Ana Cláudia Machado** relatou sobre evento ocorrido no
208 **município da Lapa**, no último dia 25 quando foram visitados os grupos quilombolas. Essas comunidades
209 receberam a doação de livros da SEEC, com a realização de atividades diversas, tais como: roda de
210 capoeira, contadores de histórias, filmes e outras atenções. A equipe ao viajar para a Lapa, utilizou o



211 ônibus lilás adaptado para o atendimento às mulheres do interior. Presentes a representante da Rede
212 Mulheres Negras, Alaerte, e a Conselheira Suplente da Secretaria de Estado da Educação. A maioria das
213 pessoas desconhecia as ações realizadas em comemoração ao Dia da Mulher Negra da Latino América e
214 Caribenha. • **Item 9- Informes da Câmara Técnica-** A Vice-Presidente Dra. Ana Cláudia discorreu sobre
215 Justiça Restaurativa. Já na sequência, a **Promotora Mariana Bazzo** referiu-se à história da Lei Maria da
216 Penha, como sendo oriunda da reunião de casais. É diferente usar a justiça restaurativa entre brigas de
217 vizinhos. Comunicou que o MP está acompanhando uma adaptação dessa justiça, nas questões de
218 gênero. Ter cuidado dessa relação, entre o agressor com a vítima. A **Promotora Mariana Bazzo**
219 comunicou ter realizado uma comunicação formal com Brasília, sobre a realização das Conferências.
220 **Juliana Mittelbach** destacou a realização da **Conferência Nacional de Saúde da Mulher**, agendada
221 para os dias 17 a 20 de agosto, em Brasília. Já para finalizar, a conselheira **Maria Isabel (UBM)** informou
222 sobre a realização do Encontro Estadual da União Brasileira de Mulheres realizado em julho, em
223 Salvador. Bastante atuante, a Conselheira está integrada às diretivas de âmbito estadual e Nacional.
224 Esclareceu para o plenário ter se responsabilizado pela redação de uma moção de repúdio, uma vez que
225 o Paraná é o 3º estado do Brasil no qual as mulheres do campo são vitimizadas pelo uso de agrotóxico,
226 (lavam os equipamentos sem luvas), o que leva à precarização da saúde no campo. O outro assunto
227 refere-se à **Escarpa Devoniana**, belíssima região composta por paisagens cênicas que abrangem 12
228 Municípios do Estado, com potencial para ter um turismo sustentável, com idade em torno de 400 milhões
229 de anos e que num ato irresponsável poderá ter 68% do seu espaço reduzido. É preciso influenciar as
230 pessoas, pois tem tudo a ver com a saúde do planeta. A **Coordenadora Ana Cláudia** sugeriu repassar a
231 moção para a **técnica Tamara**, fazendo-a constar do Plano. • **Item 11 - Ofício nº 001/2017 – CMDM de**
232 **Irati** – Solicita a participação de uma conselheira p/ a realização de uma capacitação. Diante da
233 impossibilidade da participação da presidente Doris e da conselheira Maria Izabel (UBM), a CPM/SEDS
234 decidirá o agendamento e ou/ outra forma de atender a solicitação do município. Após os
235 agradecimentos, a assembleia foi encerrada. A presente ata foi redigida pela servidora Regina Amasiles
236 Rodrigues Costa (SEDS), digitada por Evelin Soares, sendo a Secretária Executiva Juliana Muller. O
237 documento após aprovado será inserido no site do CEDM/PR e publicado em Diário Oficial.

238

239

240